



**17º RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (CA) DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) E A OS INSTITUTO ELO.**

**17º PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JANEIRO DE 2023 A 31 DE MARÇO DE 2023**

**1. INTRODUÇÃO**

O propósito deste Relatório é avaliar os resultados obtidos na execução do Contrato de Gestão nº 002/2019, celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – SEJUSP/MG, como Órgão Estatal Parceiro (OEP), e a Organização Social Instituto Elo, a partir dos resultados pactuados para o período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março de 2023 (17º período avaliatório).

O Contrato de Gestão nº 002/2019 tem como objeto "a Co execução de ações da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, propiciando o desenvolvimento das atividades, das Unidades e dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidos pela SEJUSP/SUPEC".

Esta avaliação está prevista no art. 76 da Lei nº 23.081/2018 e no art. 54 do Decreto nº 47.553/2018 que estabelecem que a Comissão de Avaliação (CA) é a responsável pela análise dos resultados alcançados em cada período avaliatório estabelecido no Contrato de Gestão nº002/2019, em consonância com os indicadores de resultados e produtos pactuados no Anexo II - Programa de Trabalho, parte integrante do instrumento jurídico.

Conforme Resolução SEJUSP nº 102, de 25/03/21, esta Comissão de Avaliação é integrada pelos seguintes membros:

I - Gleysiane Freire Diniz, MASP 1.080.083-7, Supervisora do Contrato de Gestão, representante do Órgão Estatal Parceiro;

II - Gleiber Gomes de Oliveira, CPF: 971.914.346-00, representante da Organização Social Instituto Elo;

III - Marcela Emediato Mendes de Oliveira, MASP: 755.221-9, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão(SEPLAG);

IV - Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, CPF: 993.541.06-06, especialista da área objeto do Contrato de Gestão, indicada pela OEP, não integrante da administração pública estadual.

Participaram, além dos membros acima citados, o Sr. Matuzail Martins da Cruz – Subsecretário de Prevenção à Criminalidade, Flávia Cristina Silva Mendes - Superintendente de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Luísa de Paulo Longuinho - Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão, Fabiana Dias dos Santos - Coordenadora de Políticas Penais da SUPEC, Anna Carolina Marotta – Assessora-Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, Diogo Caminhas - Gerente de Monitoramento e Projetos do Instituto Elo, André Luiz Veloso Ferreira - Superintendente Central de Parcerias com o Terceiro Setor da SEPLAG, Leonardo Menacho Ferreira – Diretor Central de Contratos de Gestão da SEPLAG e Fabiana Almeida Santiago – Assessora do Gabinete da SUPEC, quem registra esta ata.

**2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA**

Para empreender esta avaliação, os membros da Comissão de Avaliação analisaram o Relatório de Monitoramento encaminhado pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 em 19/05/23, bem como o Relatório Gerencial de Resultados - RGR confeccionado e apresentado pela OS parceira Instituto ELO em 13/04/2023. Destaca-se que, previamente, os Relatórios Gerenciais de Resultados e Financeiros foram encaminhados pela OS, tempestivamente, à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão e, com base nesses documentos, a Comissão elaborou o Relatório de Monitoramento, declarando, ainda, ter supervisionado as ações realizadas e a execução financeira do Contrato de Gestão nº 02/2019, efetuando a conferência das fontes de comprovação e atestando a fidedignidade das informações apresentadas nos respectivos relatórios.

A avaliação dos resultados é efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida no Anexo III do Contrato de Gestão. Além disso, será atribuída nota e, se for o caso, serão feitas recomendações aos envolvidos para os próximos períodos avaliatórios.

A Sra. Gleysiane abriu a reunião, que representou, neste período avaliatório, uma oportunidade para que os membros da Comissão de Avaliação conhecessem o novo Subsecretário de Prevenção à Criminalidade, Matuzail Martins da Cruz, bem como para que a referida comissão apresentasse ao novo chefe da pasta o trabalho de avaliação dos resultados realizado trimestralmente no âmbito do Contrato de Gestão.

Cada um dos membros relatou um pouco da sua atribuição, iniciando pela Sra. Roseane, especialista da área objeto do Contrato de Gestão; passando pelos representantes presentes da SEPLAG, Sr. André, Sr. Leonardo e Sra. Marcela, que contextualizaram o modelo de parceria adotado; e da OS, Sr. Gleiber e Sr. Diogo, que, por sua vez, trouxeram um pouco do histórico da parceria junto à instituição, da atuação da OS na Política de Prevenção e das percepções acerca da legislação e da construção de cada encontro com os vários atores envolvidos. As representantes da SUPEC, Sra. Gleysiane, Sra. Flávia, Sra. Fabiana, Sra. Anna e Sra. Luísa, presentes também discorreram sobre a importância do espaço para a discussão dos resultados e avaliação de eventuais necessidades de correção de rumos na implementação dos programas.

O Sr. Matuzail também se apresentou, abordando as expectativas quanto à atuação na Política de Prevenção à Criminalidade, destacando o lugar de referência que a política pública ocupa e ensejando melhorias para o futuro, tendo em vista a sociedade para o qual trabalhamos. Destaca os desafios na atuação ao lidar diretamente com as demandas do cidadão, especialmente com o público-alvo da Política de Prevenção à Criminalidade.

Feitas as apresentações e contextualizações iniciais, passou-se à discussão dos indicadores e metas do período avaliatório em questão.

**3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS**

**Contrato de Gestão - SEJUSP e IELO**

VII Termo Aditivo

17º Período Avaliatório - 01/01/2023 a 31/03/2023

**Quadro de Indicadores do Relatório da Comissão de Avaliação**

Área Temática	Indicador	Peso	V0	Meta	Realizado	Dias de Atraso	Nota (CD)	Nota x Peso
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5,00%	-	9.000	15.322	-	10,00	0,50
1 Programa Mediação de Conflitos	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5,00%	-	1.490	2.623	-	10,00	0,50

1	Programa Mediação de Conflitos	1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4,00%	-	2.700	3.366	-	10,00	0,40
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4,00%	-	2.400	3.043	-	10,00	0,40
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5,00%	-	6.000	6.971	-	10,00	0,50
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5,00%	-	20.601	24.891	-	10,00	0,50
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4,00%	-	136	128	-	9,41	0,38
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5,00%	-	420	838	-	10,00	0,50
3	Programa Se Liga	3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5,00%	-	210	506	-	10,00	0,50
3	Programa Se Liga	3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4,00%	-	270	205	-	7,59	0,30
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5,00%	-	15.300	18.048	-	10,00	0,50
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5,00%	-	0,74	0,69	-	9,32	0,47
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4,00%	-	1.125	1.006	-	8,94	0,36
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5,00%	-	5.886	5.584	-	9,49	0,47
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5,00%	-	0,78	0,80	-	10,00	0,50
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4,00%	-	432	509	-	10,00	0,40
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2,00%	-	33	18	-	5,45	0,11
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	3,00%	-	315	969	-	10,00	0,30
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3,00%	-	45	245	-	10,00	0,30
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2,00%	-	75	166	-	10,00	0,20
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2,00%	-	210	271	-	10,00	0,20
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2,00%	-	30	102	-	10,00	0,20
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1,00%	-	60	80	-	10,00	0,10

8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1,00%	-	196	235	-	10,00	0,10
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.3	Número acumulado de participantes em Capacitações	1,00%	-	28	1.401	-	10,00	0,10
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1,00%	-	15	8,5	-	10,00	0,10
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial por período avaliatório	3,00%	-	56	62	-	10,00	0,30
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	3,00%	-	9	9	-	10,00	0,30
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1,00%	-	1,0	1,0	-	10,00	0,10
10	Gestão da Parceria	10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1,00%	-	1,0	0,6	-	6,25	0,06

### 3.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:

#### Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
9.000	15.322	170,24%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.490	2.623	176,04%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
2.700	3.366	124,67%

A Sra. Flavia inicia apresentando os indicadores especificamente do Programa Mediação de Conflitos, destacando o projeto "É na base" enquanto fator importante que vem afetando positivamente o alcance dos resultados no programa. O projeto, avaliado como exitoso, traz a possibilidade de discussão do enfrentamento da violência contra a mulher nas escolas, tendo acontecido em várias escolas municipais e estaduais em 28 municípios no estado.

Também foi mencionado o papel das oficinas do PMC no avanço dos atendimentos. A Sra. Flávia relata seu encontro e experiência com as mulheres atendidas, enfatizando o acolhimento dessas mulheres e do desejo de ampliação e expansão dessas ações a fim de atender mulheres de outros municípios, principalmente por entender que essas muitas vezes não têm voz em outros espaços. Complementa, ainda, falando sobre a construção dos projetos da Mediação de Conflitos.

Sr. Diogo aponta a dimensão e complexidade da violência doméstica e os desafios do programa para acessar o público dentro das comunidades, ressaltando o aumento dos números e demandas a partir da construção com as lideranças comunitárias, que contribuem nessa inserção. Pontua a atuação do Estado no fortalecimento dessas lideranças dentro dos territórios com capacitações técnicas efetivas, como a que ocorreu em 2022.

Sra. Flavia comenta sobre a experiência da formatura das lideranças comunitárias do PMC no ano de 2022, que fez com que as lideranças participantes se sentissem valorizadas. A realização da formatura foi avaliada como um sucesso e teve ampla divulgação. Relembra, ainda, um enfraquecimento do programa diante do momento de pandemia e dos inúmeros desafios enfrentados dentro da política de prevenção nesse contexto, sendo tais avanços uma conquista.

Sra. Flavia retorna a fala sobre a importância das oficinas para o PMC e a necessidade de se implantar mais oficinas dessa natureza em outras localidades. O sr. Gleiber, em resposta à questão da ampliação das oficinas, comenta que o Instituto Elo está disposto a dialogar e construir conjuntamente a proposta, diante da execução e do retorno positivo.

A sra. Fabiana Dias complementa sobre o papel da mediação no êxito obtido com projeto executado com as mulheres vítimas de violência doméstica e o desafio em construir e executar projetos com essas mulheres que são mães, esposas e muitas vezes enfrentam outros desafios. A sra. Flavia reforça, por fim, sobre a demanda de ampliação do Programa de Mediação de Conflitos, salientando a importância de que a intervenção aconteça na base, sobretudo, a familiar.

#### Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho

2.400	3.043	126,8%
-------	-------	--------

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
6.000	6.971	116,2%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
20.601	24.891	120,8%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
136	128	94,1%

A sra. Gleysiane introduz os indicadores do Programa Fica Vivo!, apresentando os resultados e desempenho. Com base nessa discussão, são pontuadas falas sobre as intervenções já realizadas nas oficinas e junto aos oficinairos, e a necessidade de ampliação. O sr. Matuzail fala sobre a necessidade de manter a valorização por parte dos adolescentes para que eles queiram aderir ao programa e permanecer.

A sra. Flavia acrescenta sobre a necessidade de manter o diálogo com o Ministério Público e com o Poder Judiciário para que o trabalho possa ser realizado da melhor forma, objetivando a entrega de resultados cada vez melhores mesmo diante dos desafios na execução dos indicadores. Fala da importância do trabalho da Gerente de Intervenção Estratégica, sra. Marcelina, e das reuniões preparatórias para o GIE Vida – Grupo de Intervenção Estratégica e o alinhamento com o GEPAR – Grupo Especializado em Patrulhamento em Áreas de Risco. Sobre as reuniões preparatórias, ela ressalta que a gerente realiza a preparação da gestão social em relação a apresentação da Proteção Social nas reuniões do GIE Vida. E também faz a conversa e o alinhamento com os policiais do GEPAR. Cita a dificuldade do trabalho nos territórios e fala ainda do cuidado com os adolescentes que têm as suas vidas desorganizadas, muitas vezes sem estrutura familiar, e dos inúmeros desafios encontrados por e com esses adolescentes. O sr. Matuzail complementa sobre a importância em trazer e garantir a permanência dos jovens no programa.

A sra. Flavia esclarece, então, sobre os requisitos para ser oficinairo e que, sobretudo, necessita ser alguém com vínculo e identificação com o público, bem como com trajetória que possa ter influência positiva sobre esses jovens. Nesse momento, a sra. Roseane questiona sobre a possibilidade de se pensar em fazer um link entre egressos que possam ser oficinairos em determinados territórios e ter esse referenciamento junto aos jovens. Ela cita um egresso participante do PrEsp e atuante em alguns eventos, que inclusive é aluno do Cefet na atualidade. Sobre isso, a sra. Flávia e sra. Fabiana registram o comentário para que sejam pensadas possíveis interseções, visto que muitos egressos também estão nos territórios de atuação do Fica Vivo!.

A sra. Flavia comenta, então, sobre o não alcance da meta estipulada para o indicador 2.4. Esclarece como se dão os encontros com o GEPAR, do diálogo com o comandante das regiões, dos desafios com os gestores sociais e a interlocução com a polícia. Questiona se a falta de priorização dessa agenda pode ter sido afetada pela rotatividade dos gestores e de comandantes e ressalta a necessidade de um novo contato e vínculo com o grupamento, fortalecendo a articulação com a Polícia Militar. Demanda, ainda, que sejam registradas pela OS, de forma mais detalhada nos Relatórios Gerenciais de Resultados, as motivações que impediram que a reunião não acontecesse.

O sr. Matuzail pede atenção nos meses em que há mudanças dos atores e a sra. Flavia comenta sobre as alterações de comando no GEPAR e o que pode comprometer o andamento das ações da Política de Prevenção, ressaltando a necessidade em desenvolver habilidades para que o trabalho integrado entre a polícia e a política possa avançar. O sr. Diogo e a sra. Flavia falam das dificuldades muitas vezes enfrentadas por nossas profissionais mulheres se posicionarem junto aos representantes do GEPAR por ser um espaço quase que integralmente masculino.

Sra. Flavia enfatiza que temos 853 municípios e o Programa Fica Vivo está em apenas 32 municípios, mais uma vez enfatizando a necessidade de expansão. A Sr. Roseane fala da publicização dos dados referentes ao investimento nos programas em comparação com o valor investido nos sistemas prisional e socioeducativo, considerando o bom custo-benefício de se investir na prevenção.

Sobre isso, a sr. Anna explica que a Assessoria Estratégica está fazendo um trabalho de construção de uma metodologia que padroniza o cálculo do custo nessas unidades administrativas da SEJUSP, visto que essa construção ainda não existia de modo a possibilitar análises comparativas. O sr. Matuzail ressalta, então, a importância da fala da sra. Anna e complementa sobre a necessidade de fortalecer a construção sobre as ações e alavancar os investimentos na Política de Prevenção. O Sr. Gleiber comenta sobre os custos elevados com cada jovem dentro do Sistema Socioeducativo. Adicionalmente, o sr. André ressalta a necessidade de se ter cuidado na construção dessas análises e com as variáveis que devem ser levadas em conta para a consideração nos custos. A sra. Luísa complementa as falas do sr. André e apresenta detalhes sobre a construção dessa metodologia na SEJUSP, tendo em vista que é necessário incluir os custos com a área meio e gestão, além de descentralizar os centros de custo para consideração.

O sr. Matuzail ressalta a necessidade de melhoria contínua e que precisam ser perseguidas por todos para que tenhamos sempre os objetivos da Política de Prevenção alcançados. A sra. Flavia fala dos desafios para atingir as metas e do acompanhando muito próximo com as equipes apoiando e fortalecendo o compromisso de todos os atores, analista e gestão, para que o público possa ser atendido nas demandas suscitadas, fortalecimento dos programas e o alcance dos objetivos propostos.

O sr. Gleiber menciona o desenvolvimento de uma ferramenta para acompanhar o Programa Fica Vivo e o acompanhamento em tempo real dos 330 projetos de oficina vigentes, ferramenta essa que possibilita um acompanhamento histórico e efetivo das ações desempenhadas pelo programa. O sr. Diogo continua a apresentação sobre a ferramenta e que deverá ser replicada para todos os programas, indicando as atividades poderão ser acompanhadas de forma mais tempestiva, bem como as informações serão consolidadas nos relatórios.

O sr. Matuzail fala da sua visita ao Programa Fica Vivo!, trazendo a visão positiva acerca das atividades realizadas e a preocupação com a questão da segurança dos arquivos físicos nas unidades. A sra. Fabiana reforça sobre os arquivos e fala da necessidade de uma padronização do arquivamento dos documentos em todas as unidades, apresentando como complexo o arquivo da UPC BH. O sr. Gleiber fala da importância de termos um arquivo organizado no que tange a produção, manuseio e arquivamento dessas informações, mas também devido as auditorias que acontecem de tempo em tempo, sendo necessário prezar pela autenticidade e confiabilidade das informações geradas pelas equipes, além da disponibilidade quando se faz necessário. O sr. Diogo registra também a padronização como sendo um ponto positivo e necessário passando pela guarda dessas informações. A sra. Anna fala da preocupação em todas as áreas de todos os programas no que tange às informações geradas, lembrando que dispomos de informações com mais de 20 anos, existindo um diálogo com o Arquivo Público Estadual para que possamos dar o destino correto, respeitando a legislação pertinente. A sra. Gleysiane reforça a importância das fontes de comprovação e a fidedignidade dessas informações geradas, relembrando a realização de auditorias, e destaca o volume de documentos produzidos pelas unidades, mencionando que seria mais fácil gerenciar se tivéssemos ferramentas tecnológicas para acompanhar a geração e armazenamento dessas informações. Por fim, acrescenta a ideia de aparelhamento das unidades para que possam acompanhar os avanços tecnológicos, porque na atualidade não dispomos nem mesmo de um computador para cada profissional. Sr. André reforça a atenção sobre as informações geradas e arquivadas e fala da possibilidade futura em um acompanhamento tecnológico e talvez de uma ferramenta que diminuía ou não tenha mais papel e que possa estar disponível para acesso rápido. Sra. Luísa fala da capacitação que foi realizada recentemente, objetivando sensibilizar os responsáveis sobre a geração, manuseio e arquivamento desses dados.

### Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga
---------------------------------------------------------------------------------

Meta	Resultado	Desempenho
420	838	199,5%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
210	506	240,9%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
270	205	75,9%

A sra. Gleysiane relata um pouco sobre o Se Liga, explicando que se trata de um Programa de livre adesão, pelo qual o adolescente/jovem pode ser acompanhado por até um ano. Como acompanhamento, entende-se tanto o atendimento individual quanto a articulação da rede apontada pelo adolescente/jovem. Nesta perspectiva, o trabalho em rede é um ponto crucial do Programa, cabendo ao Se Liga mediar a relação entre o público, a cidade e o território. Acrescenta que ele vem da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo para responsabilidade da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, após uma longa paralisação das atividades. Contudo, pela chegada no momento da pandemia, foram enfrentadas inúmeras dificuldades na implementação. Ressalta, ainda, que o programa possui articulação direta junto às unidades socioeducativas. Por fim, destaca que está sendo articulada a cessão de uma sala do estado no Edifício Maletta para separar os atendimentos da UPC Regional do Se Liga da UPC Municipal de BH, onde atuam os programas PrEsp e CEAPA com um fluxo elevado de atendimentos.

A sra. Flavia fala dos desafios em sustentar e avançar no Se Liga, e faz uma explanação sobre o programa em outros municípios, enfatizando que ele precisa estar na Política de Prevenção e não no Socioeducativo, a fim de que o acompanhamento após o cumprimento das medidas não se confunda com a continuidade da restrição da liberdade imposta no âmbito das unidades de semiliberdade e de internação. Fala das dificuldades na repactuação de fluxos e das ações desenvolvidas, reforçando a complexidade de circular com os adolescentes ainda acautelados (pré-egressos), por necessitar de um número de pessoas que precisam estar envolvidas e reforça que temos avançado, embora ainda seja necessária muita atenção às particularidades do programa e do público.

O sr. Gleiber fala da permanência do desafio em alcançar esses jovens ainda em cumprimento de medida, em decorrência do curto tempo em que se mantém vinculados às unidades em Belo Horizonte, sendo considerado insuficiente para a execução de projetos específicos. A sra. Flavia reforça a necessidade, assim, de um olhar atento para construir projetos que possam trazer esses adolescentes espontaneamente para o programa. O sr. Matuzail sugere sobre alguns pontos para articular com o Poder Judiciário na perspectiva em melhorar o vínculo com os jovens, visando implementar ações que levem ao conhecimento e ao diagnóstico do pré-egresso para sucesso do programa. O sr. Gleiber fala do acompanhamento e das diferenças existentes entre a atuação dos juízes no interior e na RMBH, devido à autonomia institucional. A sra. Fabiana ressalta a relevância de considerar os perfis no âmbito do Judiciário para desenvolvimento dos trabalhos no que tange ao público em cumprimento determinações judiciais e na interlocução com esses juízes, de forma geral. O sr. Matuzail reforça então a importância de aproximação com os juízes e com os vários atores da sociedade, que deve acontecer da forma mais tranquila possível, considerando ainda o estabelecimento de nossas metas com todos os envolvidos.

#### Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
15.300	18.048	118%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	69%	93,2%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
1.125	1.006	89,4%

A sra. Fabiana inicia enfatizando o objetivo geral do programa Ceapa, e sobretudo, na contribuição para o fortalecimento e a consolidação das alternativas penais à prisão no Estado de Minas Gerais, pautando ações de responsabilização com liberdade, auxiliando também "como um controle da porta de entrada para o sistema prisional".

A sra. Fabiana fala das metas e dos resultados da Ceapa e ressalta a importância da rede de parceiros composta por instituições públicas e privadas, que contribuem por meio do desenvolvimento de ações e projetos, do acolhimento dos usuários e das demandas de proteção social. Acrescenta sobre o vínculo e da obrigatoriedade com o Judiciário atuando em duas frentes, sendo elas determinação e acompanhamento da medida e, em caso de não cumprimento, o Poder Judiciário é também reportado.

Um dos destaques que contribuem para os resultados é atribuído à prestação de serviços, sendo esta acompanhada também pelas redes parceiras. Foi pontuado, ainda, que as medidas não sejam vistas potencialmente apenas como fonte de mão de obra barata, mas, sobretudo, de responsabilização desses sujeitos.

Foi mencionada a dinâmica das audiências de custódia, bem como o perfil do público e fatores que devem ser considerados também na aplicação das alternativas penais, considerando as particularidades deste público. Por exemplo, a aplicação do monitoramento eletrônico para pessoas em situação de rua que se torna inviável. A sra. Fabiana argumenta ainda sobre a importância de uma equipe do psicossocial para realizar esse filtro e análise sobre o público penalizado para que tenhamos minimamente coerência dentro do que é proposto. Afirma que temos hoje um volume expressivo de audiências de custódia acontecendo diariamente, o que faz com que a Ceapa tenha ainda mais um público numeroso.

O sr. Matuzail questiona sobre as metas referentes ao cumprimento das alternativas penais determinadas e a sra. Fabiana contextualiza que o índice de cumprimento é também afetado pelo contexto que ocorreu durante a pandemia, quando houve um aumento significativo da aplicação de penas pecuniárias, o que, dado à falta de recursos por parte do público, culmina em descumprimentos. Ressalta a importância da análise na escuta ativa e no diálogo com os usuários, que muitas vezes não têm nem mesmo condições financeiras para comparecer e cumprir a determinação judicial, carecendo de sensibilização junto aos juízes na atenção com os cumpridores.

O sr. Diogo fala da UPC BH e as mudanças pelas quais a unidade passou, tanto em relação ao desligamento de muitos analistas, quanto a mudança da sede em janeiro/2023, que também afetou esses indicadores. Adicionalmente, foi ressaltada a questão do recesso forense no mês de janeiro. A sra. Fabiana acrescenta falando sobre o quantitativo de pessoas que passam pelo programa e a necessidade de capacitação dos novos profissionais no que se refere aos fluxos de trabalho e qualificação dos atendimentos.

A sra. Flavia destacou sobre o Programa Ceapa ser referência na realização de grupos de responsabilização e reflexão com os homens envolvidos em violência doméstica, reconhecendo a importância do enfrentamento da violência contra a mulher. Foram mencionadas novamente alguns entraves junto ao Poder Judiciário para o encaminhamento desse público. Sra. Fabiana relembra, ainda, que esses grupos são executados, em grande maioria, por profissionais mulheres, que geralmente devem estar bem preparadas para conduzi-los de forma efetiva.

Por fim, a sra. Gleysiane fala dos destaques colocados no relatório de monitoramento como pontos de atenção à gestão do Instituto Elo no próximo período avaliatório.

## Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
5.886	5.584	94,86%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	80,0%	102,56%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
432	509	117,82%

A sra Gleysiane avança na apresentação da área temática referente ao Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), demonstrando os percentuais de desempenho em relação às metas estabelecidas para cada indicador.

A sra. Fabiana apresenta o público e comenta sobre o encaminhamento por meio dos livros de assinaturas do Poder Judiciário atrelados ao programa em vários municípios, mencionando a intencionalidade e estratégia adotada quanto à porta de entrada do público alvo por meio desse encaminhamento e relatando a devolução de alguns no ano de 2018, considerando o aspecto da voluntariedade na adesão do público ao programa.

A sra. Fabiana menciona também a qualificação e percepção mais apurada das vulnerabilidades desse público proporcionadas pelo trabalho de atendimento dos analistas. Ressalta ainda, a importância do trabalho profundamente articulado com as redes de proteção dos municípios e do papel significativo que o PrEsp tem em acessar esse público alvo na porta de saída do sistema prisional, pensando na acolhida e garantia de direitos nesse momento de extrema vulnerabilidade. O objeto do programa é inclusive que o usuário seja desligado futuramente, e a partir da vinculação o acesso às oportunidades.

A sra. Roseane relata a importância do PrEsp e pergunta sobre o período considerado para o indicador de vinculação do usuário ao programa. Destaca o acompanhamento próximo que tem junto a determinados egressos e do interstício de tempo que pode levar para que o egresso volte a procurar o programa a partir de um primeiro contato, mencionando ainda, a experiência que teve com o programa. Menciona a qualificação dos técnicos e fala do vínculo que o usuário constrói e às vezes se perde com o desligamento de determinado profissional. Abordou também sua experiência sobre uma situação com um usuário em específico, relatando a necessária flexibilidade e compreensão por parte das equipes quanto a determinadas questões apresentadas pelo público para o atendimento, como a presença de outra pessoa junto a qual tem um vínculo de confiança. Assim, sugeriu uma maior qualificação dos analistas para perceber as necessidades em cada caso concreto, melhorando o atendimento do público. Reforça que o vínculo que egresso e o analista criam é importante nessa vinculação ao programa.

A sra. Roseane pontua a importância da flexibilidade no diálogo junto à rede de atendimento ao egresso, haja vista a necessidade da atuação em conjunto com os parceiros. Levanta ainda a possibilidade de um indicador que considere o trabalho como fator de proteção deste público, enfatizando o grande desafio que a empregabilidade que se apresenta para o egresso do sistema prisional.

A sra. Fabiana responde aos questionamentos destacando o critério considerado para mensuração da adesão na metodologia do programa. Destaca que a metodologia compreende que a vinculação não pode ser estabelecida com uma presença a cada 6 meses. A construção de vínculo é determinada, assim pela permanência por um período. Enfatiza ainda a preconização de que o vínculo estabelecido deve ser com o Programa e não de forma personificada com os analistas, pois todos na equipe devem estar capacitados para acolher, atender e ajudar esse usuário em suas demandas. Retoma a mudança da equipe, sobretudo, na UPC de Belo Horizonte, destacando que os problemas e desafios enfrentados também estão atrelados ao aumento das vulnerabilidades na pandemia, na sociedade em geral e especificadamente nesse público mais vulnerável. Destaca que o cuidado dispensado com as equipes é muito relevante, pensando inclusive que são essas pessoas que estão diariamente lidando e cuidando desse público.

O sr. Matuzail pontua a importância do tempo para apuração da vinculação do público ao programa.

A sra. Fabiana retoma, por sua vez, o tema da assinatura e da percepção de muitos egressos de que o programa seria uma extensão do Poder Judiciário, frisando as limitações institucionais em que os analistas esbarram no seu dia a dia e pontuando que a equipe está sendo capacitada para fazer um trabalho junto ao público cada vez mais efetivo. Fala da falta de importância da pauta para muitos municípios mineiros, que repercute na falta de disponibilidade e boa vontade para um diálogo que possa trazer efetividade nas intervenções. Por fim, coloca-se à disposição para acionamento tanto por parte da sra. Roseane, quanto de qualquer ator da rede de proteção.

A sra. Roseane menciona da sua experiência com estudos fora do Brasil que avaliam políticas como o PrEsp, dado que esse tipo de intervenção inexistente em outros cenários e é referência.

A sra. Fabiana recupera, ainda, que a pauta de atenção aos egressos do sistema prisional vem caminhando a passos lentos e que o reconhecimento enquanto política nacional vem apenas a partir de 2019, embora haja previsão na Lei de Execuções Penais desde a sua promulgação. Ressalta que a empregabilidade é definitivamente um grande desafio, dadas as inúmeras dificuldades para o acesso e permanência no emprego. Menciona que o desafio começa, muitas vezes, com a ata do Poder Judiciário, principalmente no que tange a condicionalidade na comprovação de ocupação lícita em 30 dias, dentre outras impostas pelos magistrados. Pontua sobre o Projeto Regresso, que era realizado pelo Estado e oferecia subvenções a empresas que empregassem esse público. Todavia, não basta conseguir vagas, pois é necessário viabilizar que o egresso tenha os meios e qualificação para permanecer trabalhando. Menciona, por fim, os cursos que são realizados no âmbito da Política de Prevenção para qualificação do público egresso.

O sr. Diogo fala das vulnerabilidades vivenciadas após a permanência no sistema carcerário e que os egressos enfrentam para a retomada da vida em liberdade, reforçando o papel dos cursos de qualificação que são ofertados e as dificuldades de acesso por muitos, inclusive por saírem do sistema em situação de rua.

## Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
33	18	55%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
315	969	307,62%

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Meta	Resultado	Desempenho
42	245	544,44%

A sra. Gleysiane contextualiza a implantação de todas as unidades previstas no âmbito do Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher, financiadas pelo Funemp – Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais, com a conclusão da implantação da UPC de Pouso Alegre no primeiro semestre de 2023.

A sra. Fabiana acrescenta elementos sobre as dificuldades para atingir os indicadores referentes ao projeto. Em relação ao trabalho executado com mulheres, as metas previstas para atendimento vêm sendo alcançadas, mas ainda temos desafios em relação ao fomento da rede de forma institucionalizada nos três municípios contemplados pelo projeto, ou seja, Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre. A frente de trabalho com homens em cumprimento de medida protetiva ainda carece de sensibilização dos magistrados do Poder Judiciário para encaminhamento do público, se tornando o maior desafio, principalmente nas comarcas de Curvelo e Pouso Alegre. A SUPEC vem buscando estratégias junto ao Ministério Público para alcançar tal objetivo.

#### Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas

Meta	Resultado	Desempenho
75	166	221,33%

Indicador 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas

Meta	Resultado	Desempenho
210	271	129%

Indicador 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas

Meta	Resultado	Desempenho
30	102	340%

A sra. Gleysiane apresenta os indicadores do Programa Selo, destacando que se trata de um programa relativamente novo, porém com um grande alcance futuro de intervenção nos municípios, mas também de muitos desafios. Menciona a parceria já celebrada com alguns municípios mineiros e reforça sobre o Termo de Cooperação Técnica que está em fase de assinatura junto ao município de São Gotardo, que terá a inclusão de um analista no âmbito do Contrato de Gestão.

A sra. Flávia destaca ainda os desafios vivenciados em Santa Bárbara do Monte Verde, apontando as possibilidades que vêm sendo discutidas e formatos que podem ser adotados para melhorar o trabalho naquele município, também com uma eventual inclusão de profissional via Contrato de Gestão.

A sra. Flávia apresenta ainda o Guia Municipal que foi produzido pelo programa com diferentes fascículos temáticos e que objetiva trazer informações qualificadas e relevantes sobre a Prevenção à Criminalidade ao público dos municípios e consolida todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos. A sra. Luísa acrescenta que irá disponibilizar o link para os participantes terem acesso ao trabalho em formato digital.

#### Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Meta	Resultado	Desempenho
60	80	133,33%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade

Meta	Resultado	Desempenho
196	235	119,8%

Indicador 8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações

Meta	Resultado	Desempenho
28	1.401	

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta	Resultado	Desempenho
15	8,5	176,5%

A sra. Luísa apresenta sobre os indicadores da área temática, mencionando a inclusão de novos neste Programa de Trabalho para a mensuração do trabalho desenvolvido pela supervisão da gestão e da supervisão metodológica, destacando a necessidade de qualificação das análises produzidas e da expectativa com a elaboração do manual.

Foi proposto que, para o próximo período avaliatório, o indicador de capacitações (8.3) seja revisado para que considere o número de capacitações ou que a meta seja revisada para englobar o número de participantes, visto que é necessário calibrar os números pactuados nesse indicador específico dado o alcance exacerbado.

A sra. Gleysiane, por fim, pontua a preocupação no quantitativo elevado de rescisões de contrato de trabalho no trimestre, destacando os apontamentos descritos no relatório de monitoramento para consideração do Instituto Elo. Menciona ainda, a atenção para o manejo da marcação de férias das equipes, para que não haja prejuízo na execução do trabalho dada a ausência de mais de um trabalhador da equipe, considerando que na maioria das UPCs ela é composta por 4 ou 5 profissionais.

O sr. Gleiber, em resposta, coloca que essa rotatividade era mais baixa antes da pandemia e que esse número aumentou expressivamente, destacando a necessidade de avaliar conjuntamente os salários praticados a partir da perspectiva da atratividade em comparação ao mercado. Ressalta que nas conversas com a gerência de RH, a título de compreender melhor os desligamentos de profissionais, a pauta salarial aparece constantemente.

Sobre isso, a sra. Gleysiane pontua sobre a imprescindibilidade de planejamento orçamentário e financeiro, haja vista que grande parte dos valores do Contrato de Gestão são investidos em pessoal. Sra. Roseane ressalta, nesse aspecto, a necessidade de reconhecimento desses profissionais que atuam na ponta.

#### Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
56	62	110,71%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Srs. Luísa fala da área temática 9 e apresenta os números consolidados. A sra. Flavia elucida o formato dos relatórios analíticos produzidos e explica sobre os objetivos e o cuidado com os dados desse documento frente a complexidade de detalhes. Sra. Luísa ressalta a melhoria nos relatórios do Programa Selo, pontuada no Relatório de Monitoramento pela coordenação estadual do programa.

#### Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	62,5%

A sra. Luísa introduz a temática da gestão da parceria falando da dinâmica de monitoramento e avaliação, dos prazos e processos que precisam ser realizados. Ressalta ainda que a Comissão de Monitoramento preza pela qualidade das análises para que seja um espaço produtivo e de avaliação dos resultados.

O sr. André retrata os procedimentos de avaliação dos resultados, do monitoramento e do processo de checagem amostral dos processos da OS, preconizado pela metodologia da Seplag, bem como da confiabilidade, amostras e requisitos para a análise dos procedimentos conforme regulamentos próprios da OS, aprovados pela Seplag e pelo Órgão Estatal Parceiro.

Sra. Marcela divulga a nota alcançada no indicador de efetividade do monitoramento e a sra. Luísa pontua que todos procedimentos foram cumpridos, contudo, alguns fora do prazo prezando pela qualidade das entregas.

A sra. Gleysiane reforçou ainda que considera o prazo preconizado pela legislação insuficiente, ou seja, 01 (um) mês para execução de todo o monitoramento dos resultados e da execução financeira do trimestre anterior, dada a complexidade da avaliação quantitativa e qualitativa, com o cuidado com os dados e publicização destes. Ressaltou ainda, que embora tenha perdido pontos no presente indicador, não abriremos mão da qualidade das informações prestadas pela política de prevenção à criminalidade.

#### 4. AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS

Por fim, a sra. Luísa ressalta a entrega do Relatório do Produto referente aos Fóruns Multiterritoriais, que fora validado pela SUPEC e encaminhado também à Comissão de Avaliação. Embora este produto já houvesse sido considerado entregue no último período avaliatório, dada a realização da maior parte dos fóruns previstos, restava o da capital para realização em fevereiro de 2023, de modo que o relatório compilou todas as informações.

#### 5. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório de Monitoramento (RM) do OEP e no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) elaborado pela OS Instituto Elo, foi de cálculo abaixo:

DESEMPENHO GLOBAL DO CONTRATO DE GESTÃO NO PERÍODO				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,65	100%	9,65	9,65
Quadro de Ações	-	-	-	

**Conceito:** Muito Bom

O Sr. Matuzail pontuou o objetivo de alcançarmos uma nota ainda maior no próximo período avaliatório. O Sr. André declara a satisfação em participar das construções da Política Prevenção à Criminalidade em uma parceria que já dura 20 anos e é referência para o modelo. A sra. Gleysiane coloca, por fim, a necessidade de um convite para um representante do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, a fim de compor a presente Comissão, conforme preconizado pela legislação. Até pouco tempo, o conselho não estava ativamente atuando, mas considera importante para as deliberações uma pessoa para acompanhar e ocupar esse lugar.

A reunião é finalizada com os agradecimentos a cada participante.



6. QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Recurso Estadual - Memória de Cálculo A

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.285.175,00	677.173,05	52,69%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.543.600,00	794.701,34	12,14%
3	Capacitações da equipe contratada	714.200,00	3.460,00	0,48%
4	Deslocamento da equipe contratada	90.000,00	8.532,47	9,48%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	226.800,00	9.745,86	4,30%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	456.000,00	9.447,79	2,07%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	870.000,00	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	72.400,00	825,65	1,14%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	-	-
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	66.869,44	16,11%
12	Emenda: Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	-	-	-
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	-	-	-
14	Emenda: Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	-	-	-
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	165.000,00	6.009,74	3,64%
16	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	320.000,00	106.211,39	33,19%
17	Bem estar social	9.000,00	-	-
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	168.000,00	6.163,00	3,67%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	6.000,00	739,32	12,32%
Total		11.497.135,00	1.689.879,05	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Ins

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubr
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/202
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/202
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	15.398.856,29	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,9
(E) Total de Entradas de Recursos	5.088,41	91.955,13	8.599.123,67	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	2.785.986,36	2.374.342,02	2.665.757,15	-	-	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,9
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	600,00									
(PP) Provisonamentos de Pessoal	5.502.874,43									
(C) Recursos Comprometidos	2.256.935,25									
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	3.235.928,69									
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	5.272.599,60									

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	16.268.937,97	-	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	16.268.937,97	-	-	-

**Movimentação Financeira da Reserva de Recursos**

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	2.520.612,55
Transferência para Reserva de Recursos	286.642,64
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	54.530,20
Gastos da Reserva de Recursos	3.906,00
Saldo da Reserva de Recursos	2.857.879,39

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo****17º Relatório Gerencial Financeiro****Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência**

Previsto															
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL			
1	Entrada de Recursos	01/01/2023 a 31/01/2023	01/02/2023 a 28/02/2023	01/03/2023 a 31/03/2023	01/04/2023 a 30/04/2023	01/05/2023 a 31/05/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	01/07/2023 a 31/07/2023	01/08/2023 a 31/08/2023	01/09/2023 a 30/09/2023	01/10/2023 a 31/10/2023	01/11/2023 a 30/11/2023	TOTAL		
1.1	Receitas														
	Repasse do														
1.1.1	Contrato de Gestão Receita	8.347.035,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.347.035,89		
1.1.2	Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1.1.4	Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00		
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.053,88	-	-	-	-	-	-	-	-	233.097,42		
(E)	<b>Total de Entradas:</b>	<b>8.361.124,30</b>	<b>91.955,13</b>	<b>136.053,88</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>8.589.133,31</b>		
2	Saída de Recursos														
2.1	Gastos com Pessoal														
2.1.1	Salários	1.451.363,82	1.458.440,18	1.458.440,18	-	-	-	-	-	-	-	-	4.368.244,18		
2.1.2	Estagiários	99.960,00	99.960,00	99.960,00	-	-	-	-	-	-	-	-	299.880,00		
2.1.3	Encargos	583.837,04	587.544,68	587.544,68	-	-	-	-	-	-	-	-	1.758.926,40		
2.1.4	Benefícios	395.951,96	397.818,83	397.818,83	-	-	-	-	-	-	-	-	1.191.589,62		
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>2.531.112,82</b>	<b>2.543.763,69</b>	<b>2.543.763,69</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>7.618.640,20</b>		
2.2	Gastos Gerais	1.106.585,00	1.326.465,00	627.065,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.060.115,00		
2.3	Bens Permanentes	57.760,00	754.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	811.960,00		
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	136.053,88	-	-	-	-	-	-	-	-	233.097,42		
(S)	<b>Total de Saídas:</b>	<b>3.700.546,23</b>	<b>4.716.383,82</b>	<b>3.306.882,57</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>11.723.812,62</b>		
Realizado															
1	Entrada de Recursos	Janeiro 01/01/2023 a 31/01/2023	Fevereiro 01/02/2023 a 28/02/2023	Março 01/03/2023 a 31/03/2023	Abril 01/04/2023 a 30/04/2023	Maiο 01/05/2023 a 31/05/2023	Junho 01/06/2023 a 30/06/2023	Julho 01/07/2023 a 31/07/2023	Agosto 01/08/2023 a 31/08/2023	Setembro 01/09/2023 a 30/09/2023	Outubro 01/10/2023 a 31/10/2023	Novembro 01/11/2023 a 30/11/2023	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
1.1	Receitas														
	Repasse do														
1.1.1	Contrato de Gestão Receita	8.462.469,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.462.469,79	101,38%	(115.433,90)
1.1.2	Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	600,00	-	-	-	-	-	-	-	-	600,00	6,67%	8.400,00
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.053,88	-	-	-	-	-	-	-	-	233.097,42	100,00%	-
(E)	<b>Total de Entradas:</b>	<b>8.467.558,20</b>	<b>91.955,13</b>	<b>136.653,88</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>8.696.167,21</b>	<b>101,25%</b>	<b>(107.033,90)</b>
2	Saída de Recursos														
2.1	Gastos com Pessoal														
2.1.1	Salários	1.110.413,75	1.163.174,25	1.204.855,67	-	-	-	-	-	-	-	-	3.478.443,67	79,63%	889.800,51
2.1.2	Estagiários	75.378,29	70.129,53	67.214,92	-	-	-	-	-	-	-	-	212.722,74	70,94%	87.157,26

2.1.3 Encargos	573.242,04	549.452,27	541.701,05	-	-	-	-	-	-	-	1.664.395,36	94,63%	94.531,04
2.1.4 Benefícios	158.403,63	356.147,10	413.612,68	223.808,54	-	-	-	-	-	-	1.151.971,95	96,68%	39.617,67
<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>1.917.437,71</b>	<b>2.138.903,15</b>	<b>2.227.384,32</b>	<b>223.808,54</b>	-	-	-	-	-	-	<b>6.507.533,72</b>	<b>85,42%</b>	<b>1.111.106,48</b>
2.2 Gastos Gerais	614.104,76	514.909,03	563.612,09	-	-	-	-	-	-	-	1.692.625,88	55,31%	1.367.489,12
Aquisição de													
2.3 Bens	28.250,22	1.274,88	511.502,57	-	-	-	-	-	-	-	541.027,67	66,63%	270.932,33
Permanentes													
Transferência													
2.4 para Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	-	-	-	-	-	-	-	-	97.043,54	41,63%	136.053,88
<b>(S) Total de Saídas:</b>	<b>2.564.881,10</b>	<b>2.747.042,19</b>	<b>3.302.498,98</b>	<b>223.808,54</b>	-	-	-	-	-	-	<b>8.838.230,81</b>	<b>75,39%</b>	<b>2.885.581,81</b>

Recurso do Convênio Federal nº 891551/2019- Presp - Memória de Cálculo B

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.200,00	-	-
2	Acompanhamento in loco da supervisão no interior	-	-	-
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
	Total	1.200,00	-	-

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro 01/01/2023 a 31/01/2023	Fevereiro 01/02/2023 a 28/02/2023	Março 01/03/2023 a 31/03/2023	Abril 01/04/2023 a 30/04/2023	Maió 01/05/2023 a 31/05/2023	Junho 01/06/2023 a 30/06/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	340.270,16	233.614,27	169.407,97	381.985,32	381.985,32	381.985,32
(E) Total de Entradas de Recursos	65,76	1.583,75	289.562,42	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	106.721,65	65.790,05	76.985,07	-	-	-
<b>(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)</b>	<b>233.614,27</b>	<b>169.407,97</b>	<b>381.985,32</b>	<b>381.985,32</b>	<b>381.985,32</b>	<b>381.985,32</b>
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisões de Pessoal	142.370,80	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	51.191,21	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	97.320,87	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	91.102,44	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	381.985,32	-	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
<b>(SF) (=) Saldo Financeiro no período</b>	<b>381.985,32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00</b>	<b>-</b>	<b>381.985,32</b>	<b>381.985,32</b>	<b>381.985,32</b>

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	52.344,77
Transferência para Reserva de Recursos	6.005,38

Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	1.139,46
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	59.489,61

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto										
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	TOTAL			
1	Entrada de Recursos	01/01/2023 a 31/01/2023	01/02/2023 a 28/02/2023	01/03/2023 a 31/03/2023	01/04/2023 a 30/04/2023	01/05/2023 a 31/05/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	TOTAL		
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	287.413,50	-	-	-	-	-	287.413,50		
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-		
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-		
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	65,76	1.583,75	2.148,92	-	-	-	3.798,43		
(E)	<b>Total de Entradas:</b>	<b>287.479,26</b>	<b>1.583,75</b>	<b>2.148,92</b>	-	-	-	<b>291.211,93</b>		
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	TOTAL		
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	54.461,98	54.461,98	54.461,98	-	-	-	163.385,94		
2.1.2	Estagiários	4.080,00	4.080,00	4.080,00	-	-	-	12.240,00		
2.1.3	Encargos	22.590,47	22.590,47	22.590,47	-	-	-	67.771,41		
2.1.4	Benefícios	15.988,42	15.988,42	15.988,42	-	-	-	47.965,26		
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>97.120,87</b>	<b>97.120,87</b>	<b>97.120,87</b>	-	-	-	<b>291.362,61</b>		
2.2	Gastos Gerais	200,00	200,00	200,00	-	-	-	600,00		
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-		
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	65,76	1.583,75	2.148,92	-	-	-	3.798,43		
(S)	<b>Total de Saídas:</b>	<b>97.386,63</b>	<b>98.904,62</b>	<b>99.469,79</b>	-	-	-	<b>295.761,04</b>		
Realizado										
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado	
1	Entrada de Recursos	01/01/2023 a 31/01/2023	01/02/2023 a 28/02/2023	01/03/2023 a 31/03/2023	01/04/2023 a 30/04/2023	01/05/2023 a 31/05/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	TOTAL		
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	287.413,50	-	-	-	-	-	287.413,50	100,00%	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	65,76	1.583,75	2.148,92	-	-	-	3.798,43	100,00%	-
(E)	<b>Total de Entradas:</b>	<b>287.479,26</b>	<b>1.583,75</b>	<b>2.148,92</b>	-	-	-	<b>291.211,93</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	39.916,70	46.761,77	48.252,69	-	-	-	134.931,16	82,58%	28.454,78
2.1.2	Estagiários	3.389,09	2.910,00	2.870,00	-	-	-	9.169,09	74,91%	3.070,91
2.1.3	Encargos	21.497,19	21.429,67	22.053,58	-	-	-	64.980,44	95,88%	2.790,97
2.1.4	Benefícios	6.787,78	14.306,57	18.134,73	8.331,99	-	-	47.561,07	99,16%	404,19
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>71.590,76</b>	<b>85.408,01</b>	<b>91.311,00</b>	<b>8.331,99</b>	-	-	<b>256.641,76</b>	<b>88,08%</b>	<b>34.720,85</b>
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	600,00
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	65,76	1.583,75	-	-	-	-	1.649,51	43,43%	2.148,92
(S)	<b>Total de Saídas:</b>	<b>71.656,52</b>	<b>86.991,76</b>	<b>91.311,00</b>	<b>8.331,99</b>	-	-	<b>258.291,27</b>	<b>87,33%</b>	<b>37.469,77</b>

Recurso do FUNEMP - Memória de Cálculo C

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	139.780,00	12.420,45	8,89%
2	Acompanhamento in loco da Supervisão Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio.	52.500,00	592,60	1,13%
3	Cursos de Qualificação Profissional.	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPC's e Sede Administrativa.	7.000,00	6.841,07	97,73%
Total		199.280,00	19.854,12	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Institut

## 17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Nov
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	1.022.232,10	932.258,83	854.971,42	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87
(E) Total de Entradas de Recursos	305,58	7.203,90	59.386,59	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	90.278,85	84.491,31	173.900,14	-	-	-	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	932.258,83	854.971,42	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisões de Pessoal	180.741,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	74.902,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	162.978,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	321.834,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	51.139,89	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	689.317,98	-	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	740.457,87	-	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	740.457,87	740.457,87	740.457,87

## Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	50.261,81
Transferência para Reserva de Recursos	19.561,20
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	1.316,26
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	71.139,27

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

## 17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	Previsto												TOTAL
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023	
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023	
1.1 Receitas													



## 7. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

### 7.1. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ATUAL

Pontua-se as recomendações inseridas no relatório da Comissão de Monitoramento, sugerindo-se que a OS analise e considere na elaboração do próximo RGR.

## 8. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação, o Contrato de Gestão nº 002/2019 obteve a seguinte pontuação e conceito:

PONTUAÇÃO FINAL: 9,65

CONCEITO: Muito Bom

Diante desse resultado, a Comissão de Avaliação nada tem a se opor à realização dos repasses financeiros da 2ª parcela do atual VII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2023, fonte de recurso estadual, federal, bem como do Fundo Especial do Ministério Público – FUNEMP, conforme cronograma de desembolso do contrato vigente, destinados à OS Instituto Elo, observada a legislação pertinente ao Ordenador de Despesas, conforme previsto no Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão, tendo em vista o cumprimento das metas pactuadas no período avaliado. O valor efetivo do repasse deverá ser verificado e aprovado pela Supervisora do CG.

A Comissão de Avaliação reitera que a OS é responsável pela adequada utilização de todos os recursos repassados, bem como pela comprovação de todos os gastos realizados, e que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública é responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão, devendo comunicar imediatamente a esta Comissão quaisquer irregularidades encontradas, conforme legislação.

Reunião realizada presencialmente em 01 de junho de 2023.

**Gleysiane Freire Diniz**

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

**Gleiber Gomes de Oliveira**

Instituto Elo

**Marcela Emediato Mendes de Oliveira**

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

**Roseane de Aguiar Lisboa Narciso**

Especialista da área objeto do Contrato de Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 14/06/2023, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, Usuário Externo**, em 15/06/2023, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleiber Gomes de Oliveira, Usuário Externo**, em 15/06/2023, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Emediato Mendes de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 15/06/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **67630951** e o código CRC **3C84B4B8**.